

TRILHAS DA IMAGINAÇÃO: COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO 'EXOTISMO AMOZÔNICO' POR UMA LEITURA ECOSISTÊMICA COMUNICACIONAL*

Rafael de Figueiredo Lopes**, Wilson de Souza***

Resumo: o artigo propõe uma reflexão sobre o contexto exótico e espetacular atribuído à Amazônia, numa perspectiva metodológica ecossistêmica comunicacional, ou seja, analisando o fenômeno na articulação entre fatores históricos, humanos, socioculturais, ambientais e tecnológicos. Desse modo, expõe um mosaico de multiplicidades, procurando resgatar aspectos que contribuíram para a cristalização do imaginário sobre a região, enfocando características relativas à formação do ambiente natural, à presença humana e suas diferentes etnias e às transformações socioculturais ocorridas ao longo do processo histórico. Percebe-se, que a força de ideologias hegemônicas construíram ideias e valores que ainda se propagam no senso comum, principalmente, pelos meios de comunicação. Assim, as concepções sobre a Amazônia costumam reproduzir símbolos e valores do imaginário colonizado, reforçando estereótipos, clichês culturais e limitando a compreensão das singularidades de uma região heterogênea.

Palavras-chave: Ecossistemas Comunicacionais. História. Amazônia. Imaginário.

IMAGINATION TRACKS: THE CONSTRUCTION OF "AMAZON EXOTICISM" AN UNDERSTANDING ECOSYSTEM COMMUNICATIONAL

Abstract: *this paper proposes a reflection on the spectacular exoticism related to Amazon. The methodological approach follows the bias of communicational ecosystems, analyzing the phenomenon on the relationship between historical factors, human, social, cultural, environmental and technological. Exposes a mosaic of multiplicities, redeeming aspects that contributed to the imagery of the crystallization of the region, focusing on characteristics*

* Recebido em 10.10.2016. Aprovado em 05.12.2016.

** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da Capes. E-mail: rafaflopes@bol.com.br.

*** Doutor e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na UFAM. E-mail: wilsonsouzanogueira@gmail.com.



of the formation of the natural environment, human presence and their different ethnic groups and social and cultural transformations of the historical process. It can be seen that the strength of hegemonic ideologies built ideas and values propagated by common sense, influenced by the media. Thus, the concepts of the Amazon usually reproduce symbols and values of the colonized imaginary, reinforcing stereotypes, cultural clichés and limited understanding of the peculiarities of the region.

Keywords: *Ecosystems Communicational. History. Amazon. Imaginary.*

CONFIGURANDO UM ECOSISTEMA COMUNICACIONAL

Neste artigo propomos uma reflexão acerca da construção do imaginário exótico e espetacularizado sobre Amazônia, apresentando fragmentos e impressões desde a formação natural da região até inter-relações com as diferentes fases de ocupação humana e suas transformações socioculturais, políticas e econômicas, marcadas por profundas transformações em diferentes períodos.

Por tratar-se de um tema amplo, em torno de um objeto complexo, não busca-se uma análise focada em resultados práticos ou respostas, pois a intensão é exploratória, levantando questionamentos e apresentando uma possibilidade de leitura sobre a temática. Sendo assim, optou-se por trazer à tona aspectos diversos, tecidos numa contextualização relacional, com destaque para questões da Amazônia brasileira, já que seria muito complicado retratar no espaço de um artigo todas a Pan-Amazônia, uma região com mais de sete milhões de quilômetros quadrados perpassando por nove países da América do Sul.

A abordagem metodológica é guiada pelo viés dos Ecosistemas Comunicacionais (COLFERAI, 2014), a partir da perspectiva inter e transdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, que propõe analisar os fenômenos pela inter-relação de elementos socioculturais, ambientais e tecnológicos (MONTEIRO; ABBUD; PEREIRA, 2012). Uma proposta alinhada às concepções dos novos paradigmas da ciência, baseada em ideias do pensamento complexo e sistêmico, a partir de quadros teóricos e pensadores que acreditam em uma reforma de ordem epistemológica e prática do fazer científico, como Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos e Fritjof Capra, para os quais é essencial compreender que há inter-relações e interdependências entre os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais [...]. Não existe no presente momento, uma estrutura bem estabelecida, conceitual ou institucional, que acomode a formulação do novo paradigma, mas as linhas mestras de tal estrutura já estão sendo formuladas por muitos indivíduos, comunidades e organizações que estão desenvolvendo novas formas de pensamentos e que se estabelecem com novos princípios (CAPRA, 2006, p. 259).

Para Capra (2002) o maior desafio é mudar a maneira de pensar, descortinando uma nova visão da realidade. Segundo o autor, é necessário ultrapassar as noções mecanicistas e reducionistas, que ainda guiam muitas teorias ancoradas no pensamento cartesiano-newtoniano.

Segundo Morin (2002) a construção do conhecimento é um processo auto-eco-organizador, sempre em transformação, devido às dimensões sensíveis e cognitivas, que organizam e desorganizam a consciência sobre o que nos rodeia, como um circuito em movimento de múltiplas relações. O autor salienta que o pensamento complexo é ecológico porque não separa a dimensão humana (biológica, psíquica, espiritual) da relação com seus ambientes (social, cultural, econômico, político, natural). Portanto, o sentido dialógico permite uma associação de complementaridades, concorrências e antagonismos, em constantes divergências e conciliações provisórias.

Assim, ao nos imbuirmos nessa concepção, propomos um arranjo teórico-metodológico em movimento, como uma espiral que tangencia autores de diferentes áreas, para a melhor aproximação com o objeto investigado, que é caracterizado por deslocamentos, fluidos na plasticidade de suas metamorfoses espaço-temporais, como veremos a seguir.



Séculos antes dos navegadores europeus chegarem à região que hoje é conhecida por Amazônia ela já era povoada, portanto, não foi descoberta como costuma-se reforçar na visão de algumas ideologias. Na época, estima-se que havia entre dois e seis milhões de pessoas distribuídas por essa imensa planície, mas alguns pesquisadores apontam a possibilidade de uma população ainda maior. E, assim como em outras regiões da (atual) América, era formada por uma complexa teia de relações e atividades. Entretanto, conforme Pizarro (2012) toda uma diversidade étnica e cultural foi ignorada e suplantada a partir da imposição etnocêntrica europeia, com reflexos que permanecem até hoje, traduzidos numa visão “exótica” – construída pelo olhar estrangeiro.

Como qualquer explorador, chegamos com imagens preconcebidas e com os mitos produzidos sobre ela, como o do território verde com populações indígenas, do paraíso, do pulmão do mundo, entre tantos outros. Como dizíamos, uma consideração ampliada do cultural pode vir a incorporar uma variedade de elementos, mas nossa inquietude se orienta especialmente para o modo como foram construídos, e ainda se constroem, no discurso, os imaginários sobre esta área (PIZARRO 2012, p. 29).

No livro *A invenção da Amazônia*, Gondim (2007) diz que Amazônia foi concebida a partir de uma série de relatos que começaram a ser escritos pelos primeiros colonizadores, depois pelos viajantes, missionários religiosos e artistas. A autora remonta um painel histórico do século XVI ao século XX. Conforme Gondim (2007), esses aventureiros e viajantes deixaram os seus registros de entusiasmo, preconceitos e fantasias, acendendo o imaginário dos europeus, que sonhavam com o “paraíso e a fonte da eterna juventude”.

Para Colombo e os navegadores que o seguiram, expectativas e impressões sobre as Índias Orientais e a China teriam originado um imaginário fabuloso e o impacto dessa construção simbólica foi tão forte que ainda no século XVII os viajantes procuravam o desconhecido e o fantástico no “novo continente”, conforme Gondim (2007). A autora vai ainda mais longe, afirmando que a invenção social da Amazônia traz resquícios da mitologia grega somados à concepções bíblicas, devido ao poder da Igreja durante a Idade Média, deixando rastros até os nossos dias.

Porém, antes de nos concentrarmos nos relatos dos viajantes, é interessante compreendermos como essa imensa região geográfica formou-se e desenvolveu-se anteriormente à chegada dos europeus. Há diferentes teorias sobre o processo migratório de ocupação, mas segundo Prous (2007), vestígios cerâmicos, inscrições e pinturas rupestres de 11 mil anos atrás mostram como é antiga a presença humana na região. Acredita-se, que os primeiros grupos possam ter chegado há 20 mil anos, provenientes da Ásia quando alcançaram a América pelo Estreito de Bering e foram descendo e povoando o continente, acompanhando as grandes manadas de animais, já que sobreviviam como caçadores-coletores.

Quando os primeiros grupos humanos chegaram à região, a vegetação era formada por savanas com manchas de florestas ciliares. Fósseis encontrados principalmente próximos a barrancos de rios indicam a presença de animais como o mastodonte, a preguiça-gigante, o toxodonte e o tigre-dentes-de-sabre, entre outros. Cerca de seis e sete mil anos atrás o planeta passou por profundas mudanças climáticas que impactaram à região, tornando-a mais quente e úmida e com isso houve a expansão da floresta, como aponta Prous (2007, p. 14), “além dos vestígios culturais, os vestígios naturais informam sobre o palioambiente: clima, vegetação, fauna e topografia, que mudaram ao longo do tempo, influenciando as coletividades humanas”.

Uma das consequências desse processo foi o aumento dos recursos de alimentação, marcando uma segunda fase na ocupação da Amazônia, caracterizada pelo início da formação sociocultural. Há aproximadamente cinco mil anos, os bandos passam a permanecer por mais tempo numa determinada área e começam a praticar a agricultura e intensificam a fabricação de objetos cerâmicos. Com o surgimento da chamada Cultura de Floresta Tropical, os povos que habitavam a região diversificaram suas práticas e constituíram-se em diferentes culturas que se desenvolveram durante vários séculos, destaca Prous (2007). Nesse contexto ocorreu o encontro entre as populações nativas e os exploradores europeus.



Nos séculos XV e XVI Portugal e Espanha eram grandes potências econômicas, que por meio da navegação expandiam seus impérios. O tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, criou uma divisão territorial, na qual a atual Amazônia (mesmo ainda desconhecida ou não explorada pelos europeus) estava dentro dos domínios espanhóis. Na época do tratado, Cristóvão Colombo já havia chegado a América Central, em 1492.

Já a chegada dos europeus ao Brasil é oficialmente tomada a partir da expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, na viagem que tinha por objetivo chegar à Índia contornando a África e acabou se desviando da rota. Não há documentação que comprove que essa mudança tenha sido intencional ou se deva ao acaso depois de uma tempestade (como didaticamente se ensina), mas os portugueses já eram conscientes da possibilidade de grandes extensões de terra a oeste. Como aponta Bueno (1989), há controvérsias sobre a história oficial e muitos historiadores sustentam que outros navegadores teriam chegado ao Brasil antes de Cabral, como Vicente Yáñez Pinzón, Diego de Lepe e Duarte Pacheco Pereira, que em 1498, numa expedição encomendada pela Coroa Portuguesa, para conhecer o que poderia estar além da linha de Tordesilhas, teria chegado à foz do rio Amazonas e à Ilha de Marajó.

A conquista de novas terras estimulava a cobiça, pois a partir do reconhecimento e posse, se afirmavam o poder político e econômico de Portugal, Espanha e outros impérios que buscavam estender seus domínios. E assim se desenvolveu a terceira fase de ocupação na Amazônia.

Antes de chegar à região, os expedicionários acumulavam sonhos e fantasias acerca da Amazônia. Mas ela sempre foi misteriosa e, as sensações que eles tinham, é lógico, incluíam o medo de não encontrar o que tanto ansiavam. O que de fato aconteceu. Os indígenas seriam os habitantes que ajudariam os brancos a conseguir extrair a riqueza do local e ao mesmo tempo os auxiliariam na adaptação à região, mas não aconteceu dessa maneira. Os índios e os brancos não se entenderam, pois tinham objetivos diferentes. Os recém-chegados queriam escravizá-los e, a natureza do índio de fazer apenas o que deseja e o que precisa, não aceitou essa condição (GONDIM, 2007, p.163).

A primeira grande expedição à região foi realizada entre 1540 e 1542, comandada pelo espanhol Francisco de Orellana (primeiro explorador a percorrer o curso do rio Amazonas dos Andes ao Atlântico). Os relatos dessa viagem, que são os primeiros registros escritos sobre a floresta amazônica e a diversidade de ambientes e culturas encontradas ao longo do maior rio do mundo, foram feitos pelo frei Gaspar de Carvajal. Essa percepção, possivelmente, seja responsável pelo início da construção do imaginário fantástico sobre a região, inclusive a referência de seu nome.

Pressionados por adversidades comuns à época, os homens sonham encontrar o paraíso e a fonte da eterna juventude. A tradição religiosa dizia que um grande rio nascia naquele local aprazível, cujas águas encobriam riquezas, e não muito longe, uma fonte convidava para a total supressão dos males sociais, onde a fome, as doenças e as pestes continuamente dizimavam respeitáveis contingentes humanos. Esse local foi encontrado pelos expedicionários de Orellana e se localizava na região amazônica (GONDIM, 2007, p.13-4).

Segundo os relatos dessa viagem, o grupo de Orellana se confrontou com uma tribo na qual as mulheres demonstravam coragem e habilidades de verdadeiras guerreiras ao dispararem flechas, dardos e zarabatanas para defender seu território. Devido a essa postura destemida, os exploradores as relacionaram com as guerreiras Amazonas da mitologia grega, que ainda povoava a imaginação europeia. A partir daí, o lugar passou a ser chamado de *el rio de las amazonas*.

Na mitologia grega, as Amazonas formavam uma nação de mulheres que excluía a participação masculina. Eram exímias guerreiras e para manejar melhor o arco cortavam um dos seios. Para perpetuarem a raça, uma vez ao ano, mantinham relações sexuais com homens de uma tribo vizinha. Os meninos nascidos desses encontros eram mortos ou encaminhados aos pais, já as meninas eram criadas pelas mães e treinadas para as práticas agrícolas, caça e artes da guerra.

Na época da expedição de Orellana já havia entre os índios da região a crença das Icamiabas, tribos formadas por mulheres lideradas por uma cunhã virgem. Não tinham contato com homens



além da necessidade de procriação. Os bebês meninos eram sacrificados ou abandonados na natureza, enquanto as meninas se tornavam guerreiras. Essa lenda teria chegado ao conhecimento dos exploradores, que no transcurso da viagem, possivelmente, tiveram algumas experiências que os fizeram relacionar as histórias, recriando no novo mundo um mito clássico. Inclusive descrevendo as Icamiabas como mulheres desnudas, altas, brancas e de cabelos compridos dispostos em tranças dobradas no topo da cabeça.

A narrativa maravilhosa de Carvajal deixou como herança à grande maioria dos viajantes, a história das Amazonas no império dourado de Canhori. Quase trezentos anos depois, viajantes a serviço de seus países ainda se perguntavam pelas guerreiras solitárias (GONDIM, 2007, p.169).

Devido ao motivo exploratório da empreitada de Orellana, a viagem está relacionada com o fortalecimento do mito do Eldorado. Neste caso, uma possível referência ao mito do soberano de uma cidade com construções de ouro perdida no meio da floresta. A busca por esse lugar, que jamais fora encontrado, teria sido a motivação de muitas expedições, pois os relatos indígenas aguçavam a ambição dos desbravadores. Historiadores relacionam a busca pelo Eldorado com inúmeras lendas, entre elas a dos índios Chibcha, que viviam próximo a atual Bogotá (Colômbia), e em seus rituais religiosos tinham o costume de cobrir o corpo do rei com uma resina sobre a qual sopravam um finíssimo pó dourado, para que ele se banhasse em uma lagoa como oferenda ao seu deus.

A expedição de Orellana não foi a primeira nas terras que hoje integram a Amazônia, conforme ressaltam Bolle, Castro e Vejmelka (2010), porém foi a mais expressiva das incursões espanholas e lançou os fundamentos do que se sustenta como o que chamam de “região universal e teatro do mundo”. Nessa viagem pela primeira vez o grande rio foi percorrido em toda a sua extensão e sua intrincada geografia, algo completamente diferente do que os europeus estavam acostumados, com situações que variavam da cooperação ao conflito armado, devido à diversidade de povos que encontraram ao longo do caminho. Somado a isso, estava à ambição, nas infundáveis promessas de riqueza (BOLLE; CASTRO; VEJMEKKA, 2010).

COLONIALISMO CANIBAL: O “CIVILIZADO DEVORA O SILVÍCOLA”

No século XVI a região amazônica pertencia à Espanha, mas logo Portugal começou a impor estratégias para o seu controle, devido a invasões de ingleses, franceses e holandeses. Em 1616, na foz do rio Amazonas, foi fundado o Forte do Presépio, para proteger a região de invasões estrangeiras, dando origem à cidade de Belém. Nessa época os portugueses estavam interessados em ampliar seus domínios em direção a oeste, explorando as riquezas vegetais, minerais e animais da floresta.

A partir de 1637, uma grande expedição comandada pelo português Pedro Teixeira, composta por mais de duas mil pessoas, avançou pelo rio estabelecendo núcleos de povoamento, explorando a mão de obra indígena e extraindo produtos da floresta que eram comercializados a altos preços no mercado europeu, como a castanha, o cacau, o tabaco, peles de animais, entre outros que ficaram conhecidos por drogas do sertão. As dificuldades dos europeus em desbravar o ambiente natural da Amazônia, com condições climáticas adversas, uma fauna e flora diferentes do que estavam acostumados, criavam a ideia de uma região indomável, selvagem, o que o imaginário do colonizador classificou como o “inferno verde”.

A Amazônia é, assim uma construção discursiva. Somente através dessa construção é possível chegar a sua imagem. Esta região do imaginário é a história dos discursos que foram erigindo, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador (PIZZARRO, 2012, p.33).

O processo de colonização que subjogou ou exterminou culturas indígenas no atual Brasil também ocorreu em outras regiões do “novo-continente”, com a mutilação de povos, seu patrimônio material e sua memória. Sociedades que vinham sendo consolidadas há séculos, como os Astecas, Maias, Incas e os indígenas da América do Norte (num período posterior), foram sendo dominadas e perdendo suas identidades.



As diversas vozes contidas nos “discursos narrativos da conquista” veiculam-se, sob três formas principais: o “discurso mitificador”, que opera uma ficcionalização tanto da realidade do Novo Mundo quanto da natureza e do significado do processo de conquista, o “discurso de desmitificação” (discurso narrativo do fracasso) que questiona os modelos formulados pelo primeiro deles, e o “discurso narrativo da rebelião”, que estuda o processo de crise e liquidação simbólica dos mitos e modelos anteriores (MIGÑOLO, 1982, p. 57).

Em menos de dois séculos de exploração europeia, a região amazônica, que era formada por uma multiplicidade cultural, passou a servir exclusivamente aos interesses da coroa portuguesa. Seus habitantes nativos foram escravizados ou forçados a assumir uma nova configuração dentro de um processo que reduziu maciçamente a população indígena.

Entre as imposições do colonizador vieram as missões religiosas, principalmente dos jesuítas (expulsos em 1759, acusados de tentar criar um estado próprio no reino de Portugal) e dos franciscanos, com o intuito de converter os índios a fé cristã e utilizar sua força de trabalho. Os brancos também disseminaram doenças entre os povos nativos, como a gripe, o sarampo e a tuberculose. Enfermidades, até então desconhecidas e que fizeram sucumbir aldeias inteiras sem que “nenhuma pajelança” fosse capaz de reverter à situação.

O Tratado de Madri, em 1750, determinou oficialmente os domínios territoriais entre as colônias de Portugal e Espanha, visto que na prática ambas as cortes nunca cumpriram com o que havia sido firmado em Tordesilhas. Há de se ressaltar que nessa época os mapas eram bastante imprecisos o que dificultava avaliar a real extensão das terras. Além do critério do direito de posse (e os povoamentos portugueses já estavam estabelecidos em muitas regiões), os mapas que serviram de base para o tratado, encomendados por Portugal, propositadamente apresentavam algumas distorções no traçado de rios, o que favoreceu a corte de Dom João V e praticamente estabeleceu o contorno geográfico das fronteiras do Brasil atual.

Após o Tratado de Madri foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, pelo Marques de Pombal, em 1755, com o objetivo de tirar o atraso de Portugal em relação a outras potências europeias pelo incremento comercial com a Europa a partir das mercadorias produzidas na região, tais como cacau, canela, cravo, algodão e arroz, dando início a uma nova fase no desenvolvimento da região. Essa segunda metade do século XVIII também é marcada pela chegada dos primeiros escravos africanos na região do baixo Amazonas, se concentrando mais entre o Pará e o Amapá. Como os índios não se adaptavam ao trabalho pesado além de serem facilmente afetados por doenças, os negros supriram a demanda, sobretudo, na construção civil e nas plantações de cacau e demais atividades agrícolas e de extrativismo. Muitos conseguiram fugir e assim foram formados os primeiros quilombos. Na época a miscigenação de raças era estimulada para aumentar o povoamento na região, fazendo florescer o que convencionou chamar de população cabocla.

Tanto portugueses como espanhóis, no processo de conquista e ocupação, transplantaram e difundiram os valores e símbolos culturais europeus. A sociedade nativa amazônica, ao receber o impacto dominante desses valores e sistemas imperiais, aculturou-se, por via de submissão, acomodação, assimilação ou conflito, sobrepondo-os ou integrando-os à própria cultura original. De outro lado, os conquistadores que vieram “fazer a Amazônia”, a serviço da fé e do império, tiveram de ceder e adaptar-se ao mundo tropical circunjacente para poder sobreviver em meio às surpresas, incertezas e agressividade de um ambiente exótico e desconhecido. A colonização e expansão do império português, na Amazônia, foi uma tarefa dura e penosa que exigiu a mobilização de capitães-generais, sargentos-mores, sertanistas, missionários, colonos e índios ao longo de mais de duzentos anos de presença nas colônias do Grão-Pará, Maranhão e rio Negro. Durante esses dois séculos, a influência portuguesa se fez sentir de forma profunda na vida e cultura da região (BENCHIMOL, 2009, p. 73-4).

DA ASCENSÃO À QUEDA DO “OURO BRANCO” NO “INFERNO VERDE”

No século XIX, quando o Brasil se tornou independente de Portugal, a região amazônica passou por grandes transformações políticas e sociais. A Cabanagem (1835-1840, no atual estado do Pará) foi



uma revolta, que por interesses diferentes, congregou índios, mestiços e caboclos (que sobreviviam na penúria) com a elite econômica (comerciantes e fazendeiros) na luta contra a exploração do governo regencial.

Calcula-se que durante o conflito a província do Grão-Pará tenha perdido cerca de 40% da sua população, sem que os cabanos tenham alcançado seus objetivos. A decadência foi acentuada na região e só começou a mudar a partir da criação da província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará, em 1850, quando surgem os primeiros movimentos de valorização industrial da borracha extraída da seringueira, que já era utilizada pelos índios na fabricação de objetos como botas e recipientes.

Entre 1870 e 1900 aproximadamente 300 mil nordestinos migram para trabalharem nos seringais juntamente com os indígenas, pois devido a Revolução Industrial, as fábricas (principalmente a indústria de pneus) importavam matéria prima em grande quantidade.

Esses migrantes, empurrados pela pobreza e constantes secas no nordeste, acabaram tendo que se adaptar a uma realidade tão dura quanto a que viviam anteriormente, porém com uma rotina diferente. Foi preciso avançar para dentro da selva e realizar um trabalho pesado na extração da seiva da seringueira, em sua defumação e no processamento do látex e no transporte do material até às margens dos rios, de onde eram levados ao comércio nas cidades e posteriormente embarcados em navios para a Europa e América do Norte. Diante desse contexto, a ideia do “Inferno Verde” voltou a ser marcada no imaginário sobre a região.

Os seringueiros (trabalhadores dos seringais) e suas famílias, que também atuavam na produção da borracha, eram explorados ao extremo e sobreviviam de forma rudimentar (praticamente presos num perverso sistema de aviamento), impedidos de conquistar sua independência financeira, enquanto os seringalistas (exploradores dos seringais) e comerciantes usufruíam da riqueza proporcionada pela atividade.

Cidades como Belém e Manaus se desenvolveram rapidamente e ganharam ares cosmopolitas com a vinda de estrangeiros como sírio-libaneses, ingleses, italianos e franceses, interessados em formar atividades comerciais e de exportação. As capitais importaram hábitos e costumes da moda, e passaram a usufruir de requintes que contrastavam com a realidade brasileira, como luz elétrica, sistema de água encanada, rede de esgoto e bonde elétrico. Prédios e palacetes suntuosos foram erguidos, como o imponente Teatro Amazonas, inaugurado em 1896, numa época em que a borracha era responsável por quase metade das exportações brasileiras.

O declínio deste ciclo, que durou cerca de três décadas, se deu com o fim do monopólio brasileiro na produção da borracha, devido a implantação de seringais na Ásia (mais produtivos que os brasileiros), o que proporcionou comercializar a borracha com preços mais competitivos no mercado internacional. Essa mudança teve como pano de fundo um dos casos mais famosos sobre biopirataria, pois os seringais constituídos na Malásia, Sri Lanka e Indonésia, tiveram origem em sementes de seringueiras contrabandeadas da Amazônia.

O declínio da atividade fez com que muitos seringueiros voltassem para o nordeste e ocorreu um despovoamento significativo na região entre as décadas de 1920 e 1930. Na década seguinte, com a Segunda Guerra Mundial, os países aliados contra a Alemanha não tinham acesso a borracha asiática devido o controle japonês e precisaram recorrer a Amazônia para não comprometer a indústria bélica, como vemos em Martinello (1988).

Nesse período ocorre uma segunda migração em massa de nordestinos para o norte, são os chamados “soldados da borracha” (para quem estava em idade militar: ou lutava na guerra ou ia trabalhar nos seringais), convocados pelo governo do presidente Getúlio Vargas que tinha o apoio dos Estados Unidos com grandes investimentos para a retomada da produção de borracha na Amazônia.

O discurso para atrair trabalhadores, em todo o país, ganhou força recorrendo a ideias de paraíso da fartura e fortuna, quase numa alusão ao antigo mito do Eldorado. No entanto, na prática, a marcha para o oeste não trouxe a riqueza para os trabalhadores, que mais uma vez se viram presos numa cadeia de exploração econômica injusta. Quando a guerra chegou ao fim, os norte-americanos desistiram de levar adiante os investimentos na região devido à baixa produtividade. Cerca de 30 mil seringueiros morreram vítimas de doenças e abandonados pelo governo brasileiro.



Na década de 1960, a ditadura militar pretendia integrar a Amazônia com o resto do país, pregava a unificação nacional e a proteção da floresta contra a “internacionalização”. Os militares realizam obras em infraestrutura para a ocupação da região e a construção de estradas, a principal é a Transamazônica, rodovia ligando Cabedelo (PB) à Lábrea (AM).

A política do “integrar para não entregar” propunha um novo modelo de ocupação com projetos mineradores, madeireiros e agropecuários, e se daria com a criação de polos de desenvolvimento espalhados pela Amazônia, entre eles se deu a implantação do polo tecnológico e industrial da Zona Franca de Manaus. Entretanto, as consequências dessas iniciativas não se traduziram num progresso totalmente “sustentável” para o norte do país, diante da constatação de inúmeros problemas que crescem a cada ano.

Conforme dados do IBGE de 1970 para 2000 (último senso realizado por completo na região) a população da Amazônia Legal passou de sete milhões para vinte e um milhões de habitantes, ou seja, triplicou nesse período de 30 anos, obrigada a se adaptar dentro de um crescimento desordenado. Em 2009 a área desmatada atingiu a marca dos 70 milhões de hectares, e segundo ambientalistas a principal causa é o avanço da pecuária extensiva que derruba a floresta para formar pastagens, e também tem relação com a exploração ilegal de madeira, grilagem de terras e projetos de assentamento que não cumpriram sua função social.

O combate ao tráfico de drogas, animais, plantas e minérios não se mostrou eficaz diante da imensa extensão territorial a ser vigiada. A degradação ambiental e a poluição gerada pelas atividades do garimpo ainda deixam marcas em muitas áreas. As tensões sociais também se agravaram com a disputa por terras, obras polêmicas como a construção de hidrelétricas, e a violência e criminalidade nas cidades e comunidades do interior, com casos de repercussão internacional, entre eles os assassinatos do líder sindical Chico Mendes, em 1988, e da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005, e o no conflito conhecido por massacre dos Carajás, em 1996.

Mesmo com tantos problemas é possível pensar num futuro com otimismo por meio da capacidade de adaptação que a Amazônia tem, conforme percebemos em Samuel Benchimol:

Tudo isso indica que a Amazônia está sofrendo um grande processo de mudança e transformação. Mudança, tanto no sentido econômico, pela ampliação e surgimento de novas atividades produtivas, como no campo cultural, pela absorção de novos grupos humanos que para aqui se deslocaram. Só uma coisa permanece constante: a extraordinária capacidade que a sociedade amazônica demonstra em acolher, absorver, assimilar e integrar povos e culturas diferentes. E, sobretudo, nesse contínuo processo de adaptação, de renovar-se a si mesma, influenciando e se deixando influenciar, sem perder o seu caráter e a sua identidade brasileira e tropical (BENCHIMOL, 2009, p. 487).

O resultado de um processo de ocupação tão incomum só poderia resultar numa complexa diversidade social e cultural inseridas num dos ambientes naturais mais “aclamados” pelo mundo. Hoje se fala que o desafio para o desenvolvimento sustentável da Amazônia passa pela compreensão do seu processo histórico.

UM ESTIGMA INSUPERÁVEL?

Segundo Soranz (2012) o processo histórico moldou a ideia de uma Amazônia caracterizada pelo exotismo e pela espetacularização, e os meios de comunicação reproduzem tais concepções por meio de livros, filmes, telenovelas, telejornalismo, conformando uma “Amazônia Midiática”. Conforme o autor, a região costuma ser restringida à exuberância de sua paisagem e aos aspectos folclóricos, enquanto as populações são inferiorizadas ou quase não têm destaque, além disso, o maniqueísmo - representado nos conflitos entre o homem “civilizado” e o “selvagem”.

Paes Loureiro (2015), ao refletir sobre o discurso etnocêntrico propagada pelos meios de comunicação, considera que a imagem sobre a Amazônia se disseminou, principalmente, por abordagens



temáticas sensacionalistas voltadas a representar aberrações (de tribos canibais até monstros pré-históricos) e o ambiente natural (do paraíso na terra, cheio de riquezas e farturas ao inferno verde com sua natureza hostil e perigosa), explorando imagens mirabolantes da selva e dos rios, inserindo nesse espaço ideias fantásticas de civilizações perdidas, piranhas e anacondas assassinas, índios canibais e outras possibilidades que suscitem fortes emoções.

Para Costa (2000) o apelo ao fantástico, ao exótico e a exuberância natural são os aspectos que mais chamam a atenção quando o assunto é Amazônia. Segundo a pesquisadora essa tendência está ligada a questões muito complexas que começam nas estruturas antropológicas do imaginário até a influência da indústria cultural, que se apoia em características da cultura regional, mas as deslocam de seu contexto, pois, em geral, são elaboradas por discursos genéricos externos, num olhar de quem é de fora. Gonçalves (2010, p.21), chega a afirmar que “as imagens construídas pelo estrangeiro ou mesmo o brasileiro não egresso das populações periféricas da Amazônia estão permeadas por concepções alienígenas”, segundo o autor essa visão se preocupa mais com a exuberância da fauna e da flora e pormenoriza a presença do homem nativo e suas subjetividades. Para Amancio (2000, p. 89):

A leitura mais contemporânea da Amazônia contemplará um repertório onde cabem também caçadores de cabeça, expedições paleontológicas, ataques de piranhas e de jacarés, areias maldições, exploração de minérios, ouro e diamantes. As variações de entreccho dramático são pequenas. A aventura está presente em boa parte deles, com os ingredientes que se assemelham àqueles do western clássico: um notável maniqueísmo, o desafio da fronteira, a coragem como elemento impulsionador do sucesso. Por outro lado, se condensam aí outras estruturas narrativas: o fugitivo da civilização, o contraponto à vida urbana.

Nesse sentido o autor contextualiza:

O Brasil sempre esteve incluído na categoria dos países exóticos, seja pelo seu caráter periférico frente aos centros impulsionadores da economia capitalista ocidental ou pela sua extensão geográfica que abriga uma enorme variedade de gentes, de cenários, de histórias, melhor dizendo, de possantes virtualidades imaginárias. Dentro desta perspectiva, a Amazônia desempenha um papel de especial relevância para a manutenção de uma mitologia baseada em alternativas potencialmente ambíguas, de trânsito simbólico entre o real e o maravilhoso. Embora este não seja um seu atributo exclusivo, porque compartilhado com vários outros países, o Brasil sempre abrigou o olhar do estranho, do estrangeiro, do exótico (AMANCIO, 2000, p.83).

Araújo (2000) considera os clichês são como “fórmulas” aplicadas a rotinas, situações, expressões linguísticas, objetos, símbolos, entre outras possibilidades comunicativas, que produzem concepções e comportamentos estereotipados. Esses padrões também são refletidos por Arendt (1995, p. 6), ao considerar que os clichês resultam da superficialidade e da falta de reflexão, uma espécie de autodefesa, pois a “[...] adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados têm função socialmente reconhecida de nos proteger da realidade, ou seja, da exigência do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera existência.” Essa reflexão indica que a manutenção de ideias, símbolos e paradigmas está associada à comodidade de uma suposta segurança, contrapondo-se ao risco dos imprevisíveis efeitos da originalidade e da ousadia.

Cunha (1999) diz que o imaginário sobre a Amazônia e seus povos, normalmente não tem como referência o real, mas o modelo construído pela literatura romântica e marcadamente idealizado, como atestam os inúmeros “guaranis”, “ubirajaras” e “iracemas”. Desse modo, reproduz e propaga o olhar estigmatizado do processo histórico.

Silva (2006, p.7) entende que “todo o imaginário é real e que todo o real é imaginário, que o ser humano só existe no imaginário.” Ou seja, para o autor não existe real sem imaginário, que é uma manifestação complexa da subjetividade cultural, sendo ao mesmo tempo a vida que vivemos e a que imaginamos. É um conceito que não pode se esgotar num rótulo, devido à complexa trama de relações na sua construção, como uma fonte de impulsos racionais e subjetivos.

Segundo Silva (2006), além do ambiente social a construção do imaginário é influenciada por “tecnologias” que “seduzem” (tais como livros, o teatro, a música, a internet, etc.), recursos que



trabalham na formação das nossas concepções, acrescentando camadas de significados, a ponto de cristalizar uma ideia (mesmo sujeita ao processo de mudança). Segundo o autor, o concreto é impulsionado por forças imaginárias, nas relações que fazemos por redes que codificam e relacionam símbolos às práticas sociais, impulsionando uma “mitologização do cotidiano” que não é baseada no falso, mas em impressões reais, sentimentos, lembranças que acionam laços do sujeito social que, por consequência, produzem o simbólico. Conforme Silva (2006) para compreender como um imaginário foi sendo construído é necessário um exercício arqueológico “tirando as camadas” que foram se sobrepondo.

Sendo assim, ao propormos a reflexão sobre o imaginário em torno da Amazônia, voltamos ao passado, para compreender como o processo histórico influenciou na sedimentação de ideologias e como a arte, ainda hoje, capta e reproduz tais concepções. Podemos perceber que a imagem exótica, estereotipada e espetacularizada, que estampa o imaginário acerca da região, construída desde os relatos dos colonizadores, passando pela literatura, pintura, fotografia, cinema, TV, internet e etc., continua propagando discursos colonizados, apoiados em clichês culturais e estereótipos, que criam falsas impressões e limitam a compreensão sobre a diversidade ambiental, cultural, étnica, social e econômica da região. Nesse sentido, existe uma emergência de outros olhares sobre a Amazônia, valorizando as vozes e representações que estão inseridas no seu contexto real, a fim de ampliar as percepções sobre suas multiplicidades e singularidades.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, Tunico. *O Brasil dos Gringos: imagens no cinema*. Niterói: Intertexto, 2000.
- ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. *Ser ou Não Ser Natural: Eis a Questão dos clichês de Emoção na Tradução Audiovisual*. 2000. 271 f. Tese (Doutorado em Letras) -Universidade de São Paulo, 2000.
- ARENDT, Hannah. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação social e cultural*. Manaus: Valer, 2009.
- BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel (orgs.). *Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo*. São Paulo: Globo, 2010.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- COLFERAI, Sandro. *Um jeito amazônida de ser mundo. A Amazônia como metáfora do ecossistema comunicacional: uma leitura do conceito a partir da região*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2014.
- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAPRA, Fritjof. *Teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CUNHA, Edgar. *Cinema e Imaginação*. São Paulo: USP, 1999. Gonçalves, 2010
- GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2010.
- GONDIN, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Valer, 2007.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao> Acesso em 16/05/2015.



- MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Rio Branco: Ufac, 1988.
- MIGNOLO, Walter. *Cartas, crônicas e relações do descobrimento e da conquista*. Madri: Cátedra, 1982.
- MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira; PEREIRA, Mirna Feitosa (orgs.). *Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação*. Manaus: Edua/UFAM, 2012.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- PAES LOUREIRO, João de Jesus. *Cultura amazônica - Uma poética do imaginário*. Manaus: Editora Valer, 2015.
- PINTO, Renan Freitas. *Viagem das idéias*. Manaus: Valer, 2006.
- PIZARRO, Ana. *Amazônia as vozes do rio: imaginário e modernização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros – a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- SILVA, Juremir Machado da. *As Tecnologias do Imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SORANZ, Gustavo. *Território Imaginado – Imagens da Amazônia no cinema*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2012.

